

O SR. RODRIGO AMORIM - Por isso que confronto tanto a doutrinação ideológica tão amplamente difundida em nossas universidades. Mas...

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - O mestre Hely Lopes Meirelles não fez nenhum tratado administrativo; ele fez um manual para interpretação da reforma administrativa que ele fez - o Decreto Lei 20.067. É uma pessoa ideologicamente insuspeita, do ponto de vista ideológico de v. exa. Ele foi secretário de segurança de São Paulo, chefe do delegado Fleury; portanto, é uma pessoa insuspeita para falar de direito administrativo.

O conceito que expressei aqui foi exatamente desse pensador, desse administrativista. A opção que o Corpo de Bombeiros pode ter é a seguinte: eu vou aplicar esta ou aquela? Eu vou interditar ou vou dar um prazo de cinco dias? Ai, ele tem essa opção. Agora, se a norma existe, ele não tem opção. Se ele encontra a mesma situação em outro lugar, ele não opção. Ai, ele não tem o poder de polícia, de aplicar ou não a norma. Ele tem que aplicar a norma.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sem dúvida. V. exa... Só um minuto, sr. presidente. V. exa. cita o célebre Hely Lopes Meirelles, mas me vem aqui à cabeça também que Di Pietro cita exatamente um caso específico, relacionado ao Corpo de Bombeiros, justamente para não citar o da polícia tradicional, para que não confunda os alunos com o poder de polícia, com a polícia. Então, eu me permito também trazer à baila aqui Di Pietro, que fala especificamente do Corpo de Bombeiros. Agora, independente disso, independente dessa discussão jurídica, parece-me claro que, grosso modo, e me permito fazer esse exemplo, essa metáfora, mas me parece que estamos condenando e crucificando o Corpo de Bombeiros, tal qual faríamos com a polícia, por exemplo. Ai, sim, a polícia instituição, que não prende um marginal e, portanto, aquele marginal que ele efetivamente prende, ele seria atacado porque foi seletivo na prisão.

Se o Corpo de Bombeiros observou que a norma estava sendo absolutamente descumprida e atuou com a diligência que deveria, ele não pode ser acusado de estar sendo seletivo, ou uma acusação tão carregada de um viés, não só emocional, mas, sobretudo político e ideológico, no sentido de que estivesse fazendo alguma distinção sobre pobres, ricos, pretos ou brancos. Na verdade, está absolutamente descumprindo qualquer hipótese, qualquer previsão de legislação absolutamente ilegal e irregular, uma forma transgressora que atividade econômica é explorada naquele local, e que o Corpo de Bombeiros agiu motivado por esta comissão e que não pode ser objeto de um ataque veemente contra não só esses homens honrados, oficiais do Corpo de Bombeiros que aqui estão, mas sobre uma instituição.

Eu sugiro, sr. presidente, que caminhemos para um processo, aqui nesta tarde hoje, que tenha como legado, como fruto, a resolução desses problemas. Evidentemente, concordo com o desembargador Siro Darlan: aplicar uma multa de 500mil reais é uma multa absurda, elevada, desproporcional. Que, através da nossa interferência, da nossa intercessão, que possamos de alguma forma diminuir essa multa, fazer uma contraproposta e estabelecer algum prazo.

Agora, v. exa. também, de forma muito pertinente, e aí evidentemente, mais uma vez acertadas as palavras do desembargador Siro Darlan, no sentido de que não cabe, efetivamente, a qualquer magistrado, independentemente da instância, tampouco ao ministro de cortes superiores interferir sobretudo no julgamento de um juiz singular. É claro que não poderia fazê-lo.

Agora, esse mesmo discurso que o desembargador Siro Darlan nos apresenta aqui e acosta ao processo, ele poderia ser alvo de distribuição ou de uma audiência pública ou de algo dentro do próprio Tribunal de Justiça. Não para de nenhuma forma fazer com que a decisão daquela magistrada fosse influenciada por quem quer que seja, mas que pudesse trazer tudo isso que está sendo trazido de forma tão emocional à colação por ocasião da prolação daquela decisão em sede de pedido antecipatório de tutela. Ora, parece-me, grosso modo, que o Judiciário então lavou suas mãos do problema. Faz um discurso bonito, faz um discurso social, mas lavou as mãos do problema, quando uma juizza poderia, numa só canetada, resolver e não ter nem essa audiência. Estaria liberado lá. Mas não o fez. Na minha visão, de forma acertada. Se responsabilizaria essa magistrada pelas vidas que poderiam se perder? Certamente que não. Por isso que precisamos caminhar. É muito fácil falar que a culpa é do bombeiro, quando o Judiciário tinha nas mãos a possibilidade de uma canetada fazer. Quer que o bombeiro faça?

Sr. presidente, para terminar, eu não vou permitir, enquanto estiver no exercício do mandato ou na minha vida, como cidadão deste estado, ataques a meu ver infundados, a uma instituição tão respeitada, quanto o Corpo de Bombeiros Militar. Da mesma maneira que respeito a tripartição, amplamente difundida por Montesquieu, a independência e a harmonia dos poderes, como respeito profundamente o Poder Judiciário, tão relevante para esse processo de transformação que o país vem sofrendo, como respeito este Parlamento, como respeito o Poder Executivo, é necessário que nós caminhemos, sr. presidente, para que possamos fazer aqui um grande acordo, uma grande construção para que aquele espaço seja liberado na mais célere velocidade possível e que nós possamos, de forma diligenciosa, levar o mínimo de dignidade e de serviços públicos. (Palmas)

E para terminar, causa-me profunda perplexidade - estamos aqui num embate com membros do Poder Judiciário, com membros do Poder Executivo, do governo do Estado do Rio de Janeiro, agora presente aqui um representante da Faetec, para que através da nossa diligência possa reabrir a Faetec naquela localidade, e não vejo nenhum representante da Prefeitura do Rio de Janeiro, que talvez seja a instituição, seja a esfera de poder mais adequada para estar aqui agora, porque poderia a prefeitura resolver 90% dos problemas que aqui estamos colocando. Absolutamente irresponsável não ter um representante dessa prefeitura, que tem um alcaide que se eleger com o discurso leviano, mentiroso de que cuidaria das pessoas. (Palmas)

Então, eu tenho uma posição ideológica muito bem definida, muito bem clara. Em 2018 nós... E tenho dito, desembargador Damasceno, que muitos embates que inclusive às vezes se asseveram, se tornam muito enfáticos e veementes, e eu tenho protagonizado esse debate, o deputado Knoploch também, com deputados de oposição, de outro viés ideológico, muitas vezes parecem até muito veementes, mas por outro lado eu tenho sempre dito que esses embates têm feito muito bem para a democracia. Há quanto tempo este Parlamento não percebe embates de caráter ideológico, mas tão somente embates fisiológicos. Então, eu tenho dito que deixando de lado qualquer concepção ideológica que possamos ter aqui... Que o deputado Knoploch possa ter, o deputado Jorge Felipe Neto, é fundamental que a gente faça sim uma corrente de todos os poderes. Mas sinto e registro isso, presidente, a falta da Prefeitura do Rio de Janeiro aqui nesta Casa, porque poderíamos resolver e sair daqui já resolvido 80% dos problemas.

Então, terminando, peço que v. exa. conduza para que a gente possa sair daqui com um grande acordo para que efetivamente todos possam entrar em comunhão e a vida das pessoas, além de preservadas, a gente possa efetivamente defender a quem de direito. Muito obrigado.

O SR. SIRO DARLAN - Presidente, as palavras do ilustre deputado me inspiram aqui, primeiro, elogiando v. exa., realmente tem um norte para a solução desse problema e eu gostaria de sugerir que os senhores do Corpo de Bombeiros, a quem eu respeito e disse isso no meu discurso, celebrem esse TAC com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Ai sim, porque eles são os responsáveis por todas as irregularidades lá. Ai celebra o TAC com a Prefeitura do Rio de Janeiro, dá essa multa de 500mil para eles e manda... Dá um prazo para eles resolverem o problema lá da Vila Mimosa. Está aí, o senhor indicou a direção. Parabéns pela sua lucidez. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu estou devendo um direito de resposta para o Corpo de Bombeiros...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, eu fui duplamente citado, tanto pelo desembargador Damasceno quanto o desembargador Siro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor consegue ser breve? Só para a gente poder evoluir...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mais breve que o deputado Rodrigo, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Primeiro, presidente, o deputado Rodrigo foi ao banheiro, eu vou esperar ele voltar para fazer minha última pergunta.

Mas perguntar aos senhores do Bombeiros. Os senhores viram as fotos que foram apresentadas? Os senhores acham que aquela pintura negra é uma obra de arte ou fruto de incêndio?

O SR. RODRIGO POLITO - Bom, nós vimos a foto e aparentemente é chama.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Aparentemente, não. Com elevado de grau de certeza é possível, certo?

(Fala fora do microfone)
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Todo espaço que a gente possivelmente conseguiu ver foi queimado por vela, sem problema. Absolutamente todo espaço.

O SR. RODRIGO POLITO - Bom, não fui eu que respondi.

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Gente, por favor, vamos manter a ordem.

Deputado, por favor, pergunte ao Corpo de Bombeiros.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - *Mea maxima culpa*, de fato o desembargador...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só um minuto, deputado.

Doutora, quem preside sou eu. Quem dá pela ordem, ou não, sou eu. A senhora está aqui na condição de ser ouvida. Pela ordem quem pede são os deputados, não a senhora.

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A senhora pediu a palavra, eu vou passar, então a senhora por favor aguarde.

(Fala fora do microfone)
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Então, com elevadíssimo de certeza nós tivemos alguma ocorrência de incêndio ali em tempo recente. Se não tivesse sido recente teria sido pintado, repintado e por aí vai. Certo?

O SR. RODRIGO POLITO - Provavelmente sim.
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Maravilha. O desembargador Damasceno brincou com a questão a carteira de trabalho. De fato, eu tenho uma anotação na minha carteira de trabalho, foi quando eu fui advogado trainee. Depois que eu tirei minha OAB, tirei minha PJ, não assinei carteira de trabalho. Mas dizer uma coisa, eu aprendo e desaprendo todo dia nesta Casa. Eu aprendi hoje que os senhores estão errados ao seguirem a lei. Eu aprendi hoje que os senhores estão errados por cumprirem o seu dever. Eu aprendi hoje que este Parlamento ao requerer e fiscalizar a aplicação das normas e do poder público ser eficaz, o Parlamento está errado. Eu aprendi hoje, e aí queria até fazer uma pergunta para o deputado Rodrigo Amorim, porque eu me lembro de uma passagem da nossa primeira vitória, que foi fantástica, dele perguntando o seguinte: "Eu quero um documento oficial com foto", a uma menina que tinha apresentado uma carteira de trabalho. Então aprendi hoje que carteiras de trabalho podem ter folhas arrancadas. Eu também aprendi, ontem, que entre seguir a lei e fazer justiça deve-se fazer justiça. Eu aprendi então que o meu trabalho como legislador de nada funciona. Aprendi hoje também que dois errados fazem um certo. Aliás, de duas milhões de pessoas erradas neste estado, fazem o certo e fazem a civilidade que a gente tanto cotidianamente compara com outros países, querendo que o Brasil um dia seja um país com grau civilizatório quando a gente almeja quando tem a oportunidade, por exemplo, de viajar. Eu aprendi, presidente, que quando o bombeiro requer do proprietário do imóvel, do proprietário do imóvel, ele está vilipendiando as meninas, não o proprietário que vilipendiou não, causando toda aquela algazarra de infraestrutura, foram os bombeiros, foi esta Casa, não foi o proprietário. Eu aprendi que "gato" dentro de uma propriedade é de responsabilidade da prefeitura. propriedade particular, certo? Propriedade particular. Eu aprendi que tráfico de drogas é absolutamente ignorável numa audiência pública. É evidente. Só a presença daqueles entorpecentes, v. exa., já é uma...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Por favor, doutor.

Continuando.
(Fala fora do microfone)
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Excelência...

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Doutor, por favor. Vamos garantir a palavra.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - V. exa., com todo...

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Vamos garantir a palavra, senão não conseguimos chegar a um acordo aqui.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - ...com todo respeito que devo a v. exa., mas um papelote de cocaína com CV é tráfico de droga, é tráfico de droga.

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado, para concluir, por favor.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, retomando o raciocínio, a presença de entorpecentes: normal, comum. Que a presença... Aliás, a falta de presença do poder público, porque lá quem comanda é o tráfico, a milícia e o jogo do bicho, é comum. E que o poder público, ao ser ameaçado de entrar lá, tendo que ser instado a fazer o seu dever, porque ele naturalmente não conseguiria fazer isso, ele está errado.

Para concluir, presidente, que ene casos que vimos aqui, ene casos, v. exa. recebeu, eu recebi ligação de gente poderosa, de gente... Enfim, tentando minimizar o efeito das coisas. Minimizar no Badim. Morreram quantos? 11 pessoas, 13. A Quatro por Quatro, onde quatro colegas de vocês foram fatalizados. Isso pode ser de alguma forma mitigado. Porque o Ninho do Urubu que recebeu 32 interdições e que vocês requereram o uso de força policial para efetivar aquelas interdições, inclusive da Prefeitura do Rio também pediu, e que muito provavelmente, muito provavelmente, gostaria de ter provas disso, mas não tenho, por tráfico de influência, ficou aberto e aí morreram 15 jovens. Seletivos são os senhores. Seletivos são os senhores.

Quero dizer o seguinte, se esta Casa estiver irregular, nunca os faria prevaricar, porque eu não fiz quando fui Secretário de Meio Ambiente. A única vez nos últimos, talvez, cinco, seis, sete anos, em que o Rio de Janeiro nas suas áreas, nas suas APAs, nas suas áreas de proteção, teve redução de construção irregular foi quando eu tive lá. Então eu mandei derrubar tudo, tudo. Não quero que vocês prevariquem. Se for para terminar essa audiência agora e lacrar essa sala, o façam, o façam. Mas eu estou achando surreal, surreal, o que está acontecendo aqui. Porque ajudar dentro da lei e da conformidade é uma coisa. Constranger é outra. Eu não os constrangeria apesar de ter sido o maior crítico de vocês durante o curso desta CPI. Verdade ou mentira?

Então, por favor, eu quero dizer, presidente, que façam seu trabalho conforme necessário for. Agora, nesta audiência, e onde quer que seja, porque terão completamente o apoio não só do meu mandato, das 43.099 pessoas que confiaram em mim, assim como tenho certeza de todos desta Casa. Mas nunca, nunca mais, porque já toleraram muito, admitam interferência externa, fora do amparo legal, de quem quer que seja, que possa causar a morte de alguém como ocorreu no Badim, como ocorreu no Flamengo, como ocorreu na Quatro por Quatro e em tantos outros lugares deste estado. Porque, salvo engano, são 18 mil incêndios ano... Quantos eram?

O SR. RODRIGO POLITO - O número a gente não tem como precisar para o senhor...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mas está nessa Casa.

O SR. RODRIGO POLITO - Dos 100% do que o Corpo de Bombeiros atua, 8% dos nossos atendimentos são em relação a incêndio.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - São quantos atendimentos ano? Eu lembro (não compreendido) girava na casa dos milhares, na casa dos milhares. E a CPI está aqui para fazer isso, acabar, e que vocês possam fazer o trabalho de vocês.

No mais, a vocês, trabalhadores e trabalhadoras, não aqueles que exploram, este Parlamento está à disposição de vocês. Se for para colocar a assistência, saúde e cobrar com o mesmo empe-

nho que vocês sejam atendidos, assim o faremos. Desde que requeridos, porque bola de cristal nós não temos. Nem seria possível extrair a gravidade da situação dessas meninas sem que elas tenham a liberdade de falar a este Parlamento. E essa é a intenção desta audiência pública, é para que vocês possam ter uma oportunidade de fala e que a gente possa ajudá-los, dentro do que for bom, certo e justo e nunca fora disso.

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só respondendo brevemente a elas, a questão é o seguinte, a gente, ontem teve uma Portaria da Casa que suspendeu quase todas as atividades por causa do coronavírus. A gente pediu uma liberação ao presidente, uma excepcionalidade, para ter essa audiência. Só o que ele pediu é que não entre muitas pessoas por causa do risco de contaminação. Então, foi só... Eu acredito que vocês estão sendo representados por... Se quiserem falar com o representante de vocês para mudar não tem problema.

Só vou passar a palavra para o...

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Doutor, o que acontece é o seguinte, a gente não vai conseguir...

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Olha só, a gente tem que respeitar o direito de todo mundo. Hoje a gente está fazendo essa audiência e também a do Flamengo. Há famílias aqui de pessoas que morreram no Ninho do Urubu e também precisam ter a audiência...

(Fala fora do microfone)
O SR. - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Gente, por favor. Por favor. Deixa eu só concluir a fala...

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só concluir a fala e eu vou passar, por favor. Só para vocês entenderem que hoje...

Doutor, por favor. Além de vocês, a gente também tem do Ninho do Urubu. Tem famílias aqui que perderam seus filhos. Que a gente também precisa terminar. Se a gente for dar a voz a todos, a gente não vai ter a deles. E, assim, a gente não quer... A gente quer que todos... O problema de vocês não é maior nem menor do que o deles. Então, assim, a gente precisa dar voz a todos. Os senhores que são advogados constituídos pela... Constituídos pela associação...

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - ...então, vocês vão conseguir representar superbem. Inclusive trouxeram de forma brilhante os desembargadores que conseguiram colocar de forma muito clara as suas ponderações. O que eu só quero deixar claro, eu vou passar...

Eu vou dar a palavra para vocês. Eu não estou negligenciado, é porque o deputado Paulo Teixeira também não falou ainda, eu quero que a gente saia daqui com algum acordo. Que seja um TAC. Ah, o TAC vai ser... Com a associação vai ser da parte interna e da prefeitura vai ser da parte externa. Ok. Mas a gente tem que sair com alguma coisa daqui, porque senão a gente vai falar, falar, todo mundo vai expor aqui suas emoções, vai sair aliviado de tanto falar, mas não vai ter uma resolução. E a gente precisa ter uma resolução disso.

O SR. - Eu até abro mão da minha fala para que a...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Por favor, deixa só, por favor, me permite só o deputado Paulo Teixeira que ele ainda não falou. E aí depois eu vou passar para vocês e para o Corpo de Bombeiros. Por favor, deputado.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Eu cumprimento o presidente da mesa, deputado Alexandre Knoploch, o vice-presidente desta comissão, deputado Rodrigo Amorim, o relator, deputado Jorge Felipe Neto. Também os ilustres desembargadores que já acompanharam há bastante tempo, pelo menos pela mídia, pelas notícias, e também os integrantes do Corpo de Bombeiros e os demais integrantes da sociedade civil como um todo.

Este é um debate de grande interesse da sociedade do Rio de Janeiro como um todo, mas é preciso que algumas sejam esclarecidas. Eu ouvi desde o início muita gente falando, muitos questionamentos, muitos posicionamentos, alguns até emocionados, acalorados, outros mais ponderados, e a gente precisa levar em conta uma coisa que eu sempre falei, antes de entrar nesta Casa e aqui nesta Casa: senhores, o Rio de Janeiro é uma escolhambação. Todo mundo sabe disso. O Rio de Janeiro foi capital do Império. Aqui no Rio de Janeiro se concentraram as tropas que foram para a Guerra do Paraguai e depois voltaram - as tropas ainda do governo imperial que foram lá combater em Canudos, voltaram para cá. Temos aí a primeira favela do Rio de Janeiro, que é o Morro da Providência, aqui no Rio de Janeiro que foi a Capital da República. Então, desde aquela época nós sabemos que o Rio sempre... A escolhambação que vive o Estado do Rio de Janeiro atingiu e vem desde os poderes que aqui foram estabelecidos. Antes mesmo da existência do nosso valeroso Corpo de Bombeiros.

Então, senhores, como bem foi dito pelo nosso desembargador Siro Darlan e também o sr. Ivanir, a questão da Vila Mimosa é uma questão social. O desembargador falou até a questão social envolvendo o Rio de Janeiro como um todo. Se o Corpo de Bombeiros for cumprir à risca tudo que se está exigindo dele, nem os órgãos públicos que foram citados aqui pelo desembargador, como também nenhuma comunidade do Rio de Janeiro, nenhum comércio do Rio de Janeiro, nenhum bairro pobre do Rio de Janeiro vai poder existir. Vai travar o Rio de Janeiro. Vai travar o Rio de Janeiro. Por quê? Porque isso aqui é uma escolhambação e todo mundo sabe disso.

Senhores, eu fui militar 31 anos, militar do Exército Brasileiro. Eu já morei em outros estados. Eu tinha uma vergonha enorme: eu já morei em outros estados, e a maior vergonha que eu tinha era quando eu chegava num alojamento ou quando chegava no refeitório para almoçar, alguém brincava e falava: "Olha o carioca esperto. Cuidado, ele é esperto, ele é trapaceiro". A imagem que o povo do Rio de Janeiro tem fora do Rio de Janeiro é que nós somos trapaceiros, enrolões, bandidos. Eu fui cortar... Se falou muito aqui... O deputado Rodrigo Amorim falou sobre a corrupção em todos os poderes. Eu fui cortar o meu cabelo, e aí, conversando sobre política, o barbeiro falou que político é tudo corrupto, isso e aquilo, e tal, conversando. Depois eu falei "Quanto é?" Ele me disse o preço, e eu meti a mão na carteira para pagar a ele. Quando eu virei para trás, tinha uma tabela de preço. Ele estava me cobrando cinco reais a mais. Barbeiro. E eu virei e falei "Ué, mas aqui está um preço e está me cobrando outro?" "Ah..." Eu é que fiquei com vergonha dele. Então, senhores, tudo de errado está aqui no Rio de Janeiro. O que eu não posso é, por exemplo, fazer com que o Corpo de Bombeiros seja responsabilizado por toda a escolhambação. Porque se o Corpo de Bombeiros for colocar em prática tudo o que é necessário para o Rio de Janeiro funcionar, nós vamos travar desde os mais altos escalões até aquela pessoa que mora lá na ponta do morro ou na beira lá do rio que corta a Favela da Maré. Só que o desembargador Siro Darlan, ele citou um texto da Bíblia aqui, que Jesus disse assim: "Quem não tem o primeiro pecado, que atire a primeira pedra". Então, nós não estamos aqui, esta comissão não está aqui, nem o Corpo de Bombeiros, nem representantes da sociedade civil estão aqui para atirar a primeira pedra naqueles que trabalham nesse ou naquele lugar. Está sendo feita CPI para a investigação de casos de incêndio, ou possíveis ocorrências de incêndio no futuro. Nós não estamos aqui para atirar a primeira pedra. Nós estamos aqui para fazer a continuação da palavra de Jesus Cristo para aquela mulher. Ele disse: "Onde estão os seus acusadores?" Ai, um olhou para outro, todo mundo tinha ido embora. Ai, Jesus Cristo olhou para aquela mulher e disse: "Vai e não erre mais". A partir do momento que o poder público tem o conhecimento de que há erros aqui ou ali e não age, está continuando no erro. Então, o Corpo de Bombeiros acionado pela Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar possíveis crimes ali naquela região e possíveis ocorrências de incêndios e de tragédias humanas que poderão ceifar vidas, como ocorreu no Ninho do Urubu, como ocorreu lá na queda discoteca, o que aconteceu? Está se fazendo um trabalho de prevenção. Falou-se muito de o poder público fiscalizar só os pobres, as regiões menos favorecidas.